

SOBRE AS ORIGENS DE PORTUGAL

O condicionamento mais ou menos remoto de um corpo político que toma forma e autonomia no princípio do século XII não pode deixar de preocupar os geógrafos, pela sua precoce unidade e pela definição da mais antiga fronteira que se conhece. TORQUATO DE SOUSA SOARES (1) dedicou-lhe dois livros; arredando as incertezas da pré-história, começa com o famoso poema de AVIENO, *Ora Marítima*, cujas fontes remontam provavelmente ao século VI a. C., utilizando a exaustiva bibliografia dos autores antigos e dos seus comentadores modernos. Estas emaranhadas origens cobrem assim quase dois milénios de história, muito obscura e por vezes confusa antes da ocupação romana da Península.

Sem pretender seguir a minuciosa enumeração do autor (2), apon-

(1) *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*, tomo 1, Coimbra 1962, e *Contribuição para o estudo das origens do povo português*, São da Bandeira 1970. É estranho que aquele tomo tenha sido refundido e não continuado, tão pouco tempo depois.

(2) Basta apontar que as notas ocupam mais páginas que o texto, interrompendo a sequência do relato. A bibliografia histórica, utilizada em rodapé e enumerada no fim do volume, é muito completa e actualizada, constituindo excelente orientação do leitor para a qual se remete. São portanto mais sensíveis as lacunas apontadas nesta recensão.

taremos alguns factos relevantes: navegação oceânica em barcos feitos de pele (de que é lícito duvidar por motivos técnicos, usando-se provavelmente estas embarcações apenas nos estuários e nos rios), estuário do rio Mira que dá saída a uma rica região mineira. Se os Cónios podem ter dado o nome a Conimbriga é inconcebível a filiação de Anégia, território medieval do baixo Douro, em Ana, nome antigo do Guadiana e elemento persistente na forma árabe. Os Cónios eram distintos dos Celtas e dos Tartéssios, talvez Iberos, e a sua filiação na civilização megalítica (3.º e 2.º milénios a. C.) é puramente gratuita, como gratuita é a afirmação de que os monumentos megalíticos se encontram principalmente no Algarve (na verdade em toda a fachada ocidental da Península); a identidade de tipo somático português actual com o da civilização megalítica, por sua vez diferente da gente de Muge, é uma das fantasias de MENDES CORREIA, sabendo-se como são escassos os elementos antropológicos dessa época, que não autorizam tão aventurosa conclusão.

O limite entre os *conventi* lucense e bracarense é «uma fronteira mantida com impressionante estabilidade», pois separava os Calaios dos Artabros antes da ocupação romana do Noroeste peninsular. No entanto, a despeito de várias flutuações devidas à ambição dos condes de Portugal, a separação entre este território e o da Galiza acabou por fazer-se, por vicissitudes que é impossível rastrear, ao sul daquele limite.

A situação ao norte do Douro, ou talvez do Vouga, parece ser a de muitos povos e poucos centros urbanos; ao sul, até ao Tejo, persistiria o regime tribal anterior «com uma incipiente organização urbana». Na «mesopotâmia» entre o Tejo e o Guadiana, além das relações marítimas, existiam caminhos terrestres que punham Tartessos em comunicação com as margens daquele rio, duplicando assim as rotas marítimas. É provável (mas o autor não o diz) que às influências mediterrâneas se possa atribuir o maior número de povoados de fisio-nomia urbana nesta área.

O Guadiana não era uma fronteira contínua: uma via ligava Serpa a *Arucci* (Aroche) e uma estação chamada *Fines* (3), umas vinte milhas a leste do rio, mostra que o limite da Lusitânia desenhava aí uma ansa, muito menor contudo do que a chamada Margem Esquerda ou Além-Guadiana, por onde D. Afonso III lançou um promontório até Aroche e Aracena, a quando da conquista do Algarve. Outro exemplo de importantes alterações entre as divisões administrativas romanas e a raia entre Portugal e Castela. O Guadiana tão-pouco parece ter sido uma divisória de povos pré-romanos, pois os Celtas chegaram até ao Guadalquivir, a despeito da existência dos Tartéssios.

A Lusitânia, cujos produtos são louvados e taxados, indica «uma economia agrária alimentada por uma próspera actividade minero-metalúrgica, em íntima relação, por via marítima ou terrestre, com as actividades mercantis dos Tartéssios e, através deles, dos Lígures e das colónias focenses do Mediterrâneo ocidental». As reservas de

(3) E. ALBERTINI, *Les divisions administratives de l'Espagne romaine*, Paris, 1923.

A. SCHULTEN, impugnadas por TORQUATO SOARES, parecem pertinentes: a linha de montanhas ao norte do Tejo separava a economia cerealífera e ganadeira de tipo latifundiário (além da riqueza mineira) da terra áspera onde os habitantes praticavam a pilhagem para subsistir.

«Mas da persistência e intensificação de actividades assim ao longo de alguns séculos, não havia de resultar apenas a elevação do nível de vida da gente do País; resultaria também, certamente, a fusão de elementos díspares, o que originaria a formação ou o revigoreamento de uma consciência colectiva e, conseqüentemente, de um verdadeiro espírito de fronteira, que não podia deixar de concorrer para lhe imprimir carácter».

Espírito de fronteira que afinal separava povos de idêntica origem e influências da mesma civilização? Aqui está uma peremptória conclusão que as premissas de modo nenhum autorizam.

«A expansão espectacular dos Lusitanos», facilitada pelo uso de armas de ferro (lanças e zagais em forma de harpão), parece antes explicar-se pelo hábito de guerrilhas e pilhagens, que punham em perigo os latifúndios do Sul. O autor aceita o espírito de fronteira mas nega a manifestação de um sentimento nacional nas guerras de Viriato. Estranha hiper crítica, pois este chefe de salteadores conseguiu organizar a resistência e submeter à sua autoridade «a mais forte das nações ibéricas e a que mais tempo lutou contra os romanos» (ESTRABÃO). E afinal logo se desmente:

«Não obstante, o facto de os Lusitanos terem conseguido impor, mais ou menos efectivamente, a sua autoridade desde o Tejo ao Letes, se é certo que contribuiu para perturbar a actividade económica dos povos a eles submetidos — especialmente as populações fixadas entre o Tejo e o Douro, que tinham atingido mais alto nível cultural — certo é também que favoreceu a incorporação, nessa comunidade humana, dos habitantes de uma vasta zona montanhosa, de espírito altivo e audaz, que haviam de ocupar uma posição de particular relevo no longo processo de formação do futuro povo português. E que, em face do profundo abalo provocado, séculos depois, pela invasão muçulmana e pela reconquista cristã, foi justamente nessa região, onde, como veremos, melhor se conseguiu manter a respectiva população, que traços arcaizantes marcam indelevelmente».

ESTRABÃO e outros autores antigos consideram os Lusitanos como Iberos; autores modernos dão aos Celtas uma importância que os textos nem sempre parecem autorizar. Para BOSCH GIMPERA, citado por TORQUATO SOARES, «ao desfazer-se o domínio céltico, ressurgem muitos povos indígenas da Hispânia com o favor dos Romanos, que restabelecem frequentemente antigos limites, e que parecem seguir, em geral, uma política anti-céltica» (conclusão sem dúvida aliciante mas que o leitor estimaria ver apoiada em provas). O fim das devastações de Viriato teria permitido o ressurgimento dos povos agricultores e ganadeiros por ele ameaçados. Aceita-se que sobre a revivescência de populações diversas, quando se esboçou a hegemonia céltica, a romanização foi impondo progressivamente a uniformidade dos seus padrões de civilização.

A pacificação da Lusitânia durou mais de um século, a criação da província com este nome, que começou por abranger todo o Ocidente da Península, obedeceria a motivos estratégicos, bem como a da Callaica, desmembrada daquela mas gozando de autonomia na Tarraconense (nem doutro modo podia ser, dada a sua posição remota). Com a paz romana teria havido transferência de gente do norte para o sul do Tejo (PTOLOMEU) — equivalente, em forma pacífica, às razias dos Lusitanos. Começa a romanização, com a descida da gente das fortificações na coroa dos montes para lugares baixos e abertos (seriam propriamente aldeias, uma vez que as cidades romanas ou romanizadas têm sempre recintos murados). O processo culminou com a fundação de cidades por colonos romanos ou romanizados e gozando plenamente dos privilégios das cidades romanas: entre nós houve três, Scalabis, talvez perto de Moron (*ubi?*), Pax Iulia (mas ESTRABÃO dá-a como fundada pelos Túrdulos) e Braccara Augusta, antigo *oppidum* dos Bráccaros. Todas foram sedes de *conventi* (e todas estão longe do mar, em «lugares de atracção» e encruzilhadas ⁽¹⁾, donde podiam irradiar as legiões e uma administração essencialmente terrestre; organizadas à romana, todas têm afinal raiz antiga). As novas funções incrementavam o negócio e favoreciam o convívio, robustecendo laços morais anteriores: «a meia distância entre a *civitas* e a província, que são para Roma as duas realidades essenciais, o *conventus* tem uma existência própria, que resulta da constância das relações judiciais, económicas e religiosas» (ALBERTINI cit. por TORQUATO SOARES). O *conventus* escalabitano abrangia a área enorme entre o Tejo e o Douro e confinava com Emerita, no país dos Vetões, afins mas distintos. (É duvidoso que esta pequena diferença étnica justificasse a separação de dois *conventi*). O problema da filiação étnica dos Lusitanos é demasiadamente controvertido para se poder considerá-los como Celtas. «Mas a constituição de uma verdadeira comunidade humana, com características próprias, bem definidas, é obra dos Romanos, que, ao contrário desse povo, a realizaram partindo dos aglomerados urbanos fixados na faixa litoral para o interior».

O que parece muito contestável. A despeito de grande número de cidades no Ocidente, a «atlantização do povoamento», em que JAIME CORTESÃO insistiu (TORQUATO SOARES não o cita), é uma situação anterior e os Romanos preferiram organizar as terras sertanejas: não é por acaso que a capital da Lusitânia está em Emerita e não em Olisipo, as sedes dos *conventi* do território português em Pax e não Salacia, em Scalabis e não Olisipo, em Braccara e não Calém. E ALBERTINI mostrou, num trabalho magistral sobre as divisões administrativas da Hispânia romana, como é difícil traçá-las com precisão: HÜBNER aceita, do Douro ao Guadiana, a coincidência com a fronteira actual, aquele autor admite-a mais a oeste, da Serra da Lapa, oriente da Estrela, até à Serra de São Mamede e ao Guadiana, com a já referida ansa

(1) Quase se estaria tentado a falar de «lugares centrais» que têm, como nos casos de Scalabis e Mérida, uma posição de confin na respectiva divisão administrativa. Já Pax e Braccara estão no centro das suas circunscrições.

em frente de Serpa. A prefiguração romana da fronteira portuguesa não é um facto, mas uma hipótese sujeita a caução. A unidade moral criada na Lusitânia, a ter existido, abrangia vastas áreas da Estremadura espanhola; o vínculo entre Lusitanos e Calaicos, aparentados com eles no modo de vida e no feroz espírito de independência, foi quebrado quando a Lusitânia de Augusto foi separada do seu prolongamento tradicional e natural até ao Cantábrico.

«Daí resultaria que, apesar de a divisão provincial romana, que prevaleceu no ocidente da Hispânia, separar estas três unidades administrativas, nem por isso deixaram de se manter relações entre elas. E essas relações, intensificando-se, muito haviam de contribuir para se radicalar uma relativa solidariedade, que cada vez mais acentuaria a feição peculiar de toda a região que se estende desde a foz do Guadiana à ria de Pontevedra, feição essa para que muito contribuiria também o ideal de paz, a que já nos referimos — ideal que os Romanos conseguiram impor às populações por eles dominadas, tornando-o verdadeiramente operante».

A individualidade cultural do Ocidente, tão vincadamente marcada na época megalítica e na vida castreja, não é de modo nenhum criação romana mas herança que a acção civilizadora de Roma não obliterou. As origens de Portugal são, segundo uns, mais remotas, segundo outros mais tardias. O que a nenhum historiador tinha ocorrido foi atribuir à razão romana as virtualidades criadoras de um povo...

Depois de dois anos de ruínas e assolações, segundo PAULO ORÓSTO, «os Bárbaros, execrando as suas espadas, empunham os arados e tratam os Hispano-romanos como companheiros e amigos, de tal modo que alguns preferem a pobre liberdade de que disfrutam entre os Bárbaros à opressão tributária em que viviam entre os Romanos». Segue-se um relato de lutas, competições de soberania e conversão ao Catolicismo que nada adianta ao assunto. O autor, seguindo SÁNCHEZ-ALBORNOZ, atribui grande importância aos *conventi*, base de divisões eclesiásticas que, por por sua vez, correspondiam a primitivas circunscrições indígenas — afirmação em nenhum lugar demonstrada. MIGUEL DE OLIVEIRA pensa, pelo contrário, que as dioceses nada têm a ver com os *conventi*, mas correspondem a outras relações geográficas e económicas (*civitates*), «embora não haja elementos para o verificar quanto à maior parte das igrejas da Península». Tudo hipóteses gratuitas, meros palpites a que falta a base de encadeamentos e correlações convincentes. A História não pode fazer-se com estas contradições e ausência de rigor, que surpreendem e desorientam.

Organização eclesiástica calcada nas divisões romanas quando os Suevos se converteram ao Catolicismo? Por um lado, o próprio autor nota que Braga se tornou sede eclesiástica, não porém Santarém e Beja. Por outro, vemos sés inteiramente novas, promovendo o desenvolvimento urbano de povoados até aí insignificantes ou secundários.

Existe aqui um problema que os historiadores se têm dispensado de aflorar: a intensa vida campestre dos Suevos, agricultores na origem e tendo efectuado rápida migração só compreensível com o uso de

carros (de bois?), introdutores entre nós da cultura de centeio e do arado de carrela, segundo a sugestiva hipótese de JORGE DIAS, está de acordo com a retracção geral dos perímetros urbanos nessa época; mas está também em contradição com o aparecimento de cidades novas, com suas sés e cabidos, que foram sempre elementos da vida de relação e de dinamismo urbano. Teria a nova cultura determinado, como o milho graúdo no século XVI, um surto demográfico e, com a organização do território, mais fruste que na época romana, a aparição de novos centros? Tais seriam, segundo P. DAVID, os *pagi*, que podiam ter população reduzida mas não disseminada, suficientemente importante para nalguns se ter cunhado moeda na época sueva e visigótica. SÁNCHEZ-ALBORNOZ impugnou esta coerente interpretação sempre de acordo com a sua insustentável teoria do «*Despovoamento e repovoamento do vale do Douro*» durante a Reconquista.

É importante notar que a diocese do Porto (fundada entre 572 e 582), desmembrada da de Braga, tem área menor e 25 distritos, apenas menos seis que esta. Isto parece indicar a mais forte densidade da população do Entre-Douro-e-Minho já no século VI e a ela se pode atribuir a criação da nova sé.

O reino suevo, que se manteve por quase dois séculos (411-585), por um lado sobrevivendo, como caso único, às primeiras invasões bárbaras da Península, por outro resistindo à unificação da Espanha visigótica, levanta ao historiador, ao geógrafo e ao etnólogo um problema de que o autor se não apercebeu. Esse estado decalca com notável exactidão a Lusitânia tradicional, antes de desmembrada e alargada pela reforma provincial de Augusto. Dá a impressão que o novo reino, fundado por um povo movediço quando à sua migração se opôs uma barreira de finisterra, se moldou numa forma que a administração romana não conseguira destruir⁽⁵⁾. A argúcia de P. DAVID não escapou que muitos dos distritos paroquiais suevos «têm nome de grupos étnicos que ou pertencem à toponímia céltica ou correspondem a designações hispano-romanas».

A unificação visigótica da Hispânia permitiu a «restauração das divisões administrativas romanas» ao sul do Douro.

«De resto, só assim se poderá compreender que as grandes circunscrições territoriais pudessem, em geral, manter-se, embora tivessem de se adaptar às novas condições de vida resultantes da invasão sarracena e da reconquista cristã, que, como veremos, haviam de constituir uma prova duríssima da capacidade de resistência da sua população».

O menos que pode dizer-se deste passo conclusivo é que lhe faltam provas em apoio. Se as dioceses de Conimbriga, Egitania, Emerita, Olisipo, Eborac, Pax Iulia e Ossonoba correspondem a antigas cidades romanas, só duas foram sedes de *conventi*, Scalabis nunca teve sede e Lameco, Calabrica (Riba-Côa) e Viseu são povoações renovadas, insignificantes localidades se, como parece, remontam à Antiguidade.

(5) Creio que fui o primeiro a chamar a atenção para o assunto em *La Formation du Portugal*, Bruxelas, 1939, retomada em trabalhos posteriores.

O território português parece dividir-se em duas regiões, uma isolada e arcaizante, onde as cidades são raras (apenas Braga e Chaves), a outra mais aberta e com uma economia urbana florescente. J. LEITE DE VASCONCELLOS e ALBERTO SAMPAIO desenharam com vigor este contraste e nos trabalhos deles me apoiem para o aprofundar e desenvolver. Estranhamente, nenhum destes autores é lembrado nem discutidas as suas ideias; alude-se à «diversidade de condicionamentos geográficos» sem delinear os seus rasgos característicos.

Como, dum modo geral, com a invasão muçulmana, a população do território que mais tarde viria a ser Portugal capitulou, não se teria provocado qualquer alteração substancial dos seus quadros. Creio ser essa a explicação da persistência de Moçárabes não só nas cidades e vilas do Sul mas de um foco tão importante na região de Coimbra e de uma ilha de toponímia árabe em Trás-os-Montes (JOSÉ PEDRO MACHADO). Mas infiltraram-se largamente no território Arabes e Berberes, aqueles, principalmente nas aglomerações urbanas e planuras e estes, como horticultores e pomareiros, em regiões montanhosas que recordam o Rife donde muitos seriam originários e para onde os Arabes dominantes os escorraçaram.

TORQUATO SOARES retoma o problema das largas conquistas de Afonso I, que dilatou os domínios do pequeno reino asturiano até ao Douro: «Campos quos dicunt Goticos usque ad flumen Dorium eremavit» (Crónica Albeldense). Neste passo principalmente se funda a famosa teoria do «ermamento» da Reconquista. Estranhamente, TORQUATO SOARES põe de lado as luminosas reservas de P. DAVID para aderir ao seu contraditor SANCHEZ-ALBORNOZ. Permito-me remeter o leitor para a condensação que fiz do assunto⁽⁶⁾ e que não vejo como possa ser impugnada.

Alguns argumentos de tão laboriosa discussão parecem inconsistentes e contraditórios.

«De resto, a alusão a «*mulinis antiquos*», a que se refere PIERRE DAVID, longe de demonstrar a permanência de uma população rural anterior à presúria, não parece indicar senão a existência de velhos moinhos que não estavam em uso, pois, de outro modo, não se mencionariam assim». Isto equivale a considerar que A, morador nas *casas novas*, ocupou ou mesmo fez construir edificações recentes; o que não impede B de morar em *casas velhas*, isto é, «antigas», mas de modo algum necessariamente abandonadas.

Outro argumento é o da tradição do culto de santos venerados em época anterior (a que P. DAVID concedeu importância de maneira

(6) *Dicionário de História de Portugal* dirigido por JOEL SERRÃO, t. III, p. 432-451. Uma linha notável de investigadores desde A. SAMPAIO e GAMA BARROS a MENÉNDEZ-PIDAL, P. DAVID e a AVELINO DE JESUS DA COSTA reuniu sólido feixe de argumentos que não podem ser destruídos, apesar das observações de outra linha, de HERCULANO a DAMIÃO PERES, SANCHEZ-ALBORNOZ e TORQUATO SOARES. P. MERÊA, mestre desta época e da «História como Ciência de rigor» (parafrazeando a expressão de HUSSERL relativamente à Filosofia) nunca tomou posição no assunto; especialmente significativa me parece a própria revisão que RENÉNDEZ-PIDAL fez das suas ideias. V. também O. RIBEIRO, «A Propósito das Áreas Lexicais no Território Português», *Boletim de Filologia*, Lisboa, 1965, a minha mais recente exposição deste tema controvertido.

tão vigorosa e original) poder persistir em «templos de construção granítica» arruinados por «um abandono secular». Pelo visto são as pedras ruidas, e não os actos de culto, que conservam a tradição dos santos anteriores! Se se mantém uma população arcaizante «desde tempos imemoriais», prestando culto a santos de épocas remotas, não é um argumento contrário aos que vêem despovoação onde apenas teria havido desordem administrativa e urbana?!

Na delimitação do termo de Braga, ordenada pelo bispo e pelo famoso conde Vímara Peres, certos «homens foram encarregados de identificar as demarcações existentes *ab antiquo* e essa missão não deixaria de ser confiada aos habitantes do território se porventura existissem». Mas se eles se tivessem retirado, quem estaria em condições de ministrar essas informações?!

Completamente inaceitável a afirmação de que os terrenos mais ricos só começaram a cultivar-se com o milho graúdo. Este ocupava os lameiros no Verão e foi causa de se erguerem socalcos nas encostas regadas. Estranha agricultura esta que começaria «selectivamente» pelas terras piores... O autor contrapõe à experiência rural de AVELINO COSTA generalidades e afirmações gratuitas; muita falta fazem aos historiadores uns laivos de preparação geográfica!

MENÉNDEZ-PIDAL, estudando a distribuição do topónimo *Pola* ou *Puebla* da Galiza até ao Aragão e Catalunha, aceita que se trate de povoar, isto é, «sujeitar a uma nova organização político-administrativa uma povoação desorganizada, informe ou porventura dispersa por causa do abalo sofrido com a dominação muçulmana»; faziam-se muitas pueblas *justamente* porque havia com quem povoar as áreas que se iam reorganizando. A aproximar do tipo de concelhos que GAMA BARROS considera não fundados de novo mas resultantes da congregação da gente disseminada no seu aro.

Uma embrulhada cronológica parece indicar a restauração, sucessivamente mais moderna, de Coimbra, Portucale e Braga; longe de indicar apenas o afluxo de gente do Sul (Moçárabes principalmente), mostra a preocupação de cobrir a extrema fronteira antes de reorganizar as dioceses mais ao abrigo das incursões muçulmanas. PEDRO CUNHA SERRA (cf. *Finisterra*, 5, 1968), estranhamente omitido pelo autor, juntou umas quantas notícias de Moçárabes do Sul, atestadas em povoações até aos confins da Galiza. Havia assim uma espécie de osmose entre a Hispânia cristã e o Andaluz, mas é inaceitável que o progresso da Reconquista e da nova organização do território não trouxesse o progressivo deslocamento da população das regiões mais povoadas para os vastos descampados do Sul, que do Norte «tomou as instituições, os usos e a língua» (LEITE DE VASCONCELLOS). Mas, sob estes remoínhos que desorganizavam as cidades, as comunicações e as formas superiores de vida social, o essencial dos povoados rurais permanecia — a despeito da laboriosa e por vezes contraditória argumentação de SANCHEZ-ALBORNOZ e TORQUATO SOARES.

A presúria do Porto por Vímara Peres (868) parece poder atribuir-se a importância que o autor indica: dominando a passagem prin-

cipal da via romana, garantia a organização de todo o ocidente do Lima ao Vouga — núcleo do *território* que daquela cidade tomou o nome; de facto, *Portucale* torna-se mais importante pela posição do que Braga, ilustre pela população e pelas funções tradicionais — sede de *conventus* e metrópole do Noroeste, em rivalidade com a prestigiosa Santiago. Com a «restauração» de Coimbra, dez anos depois, desloca-se para o sul a marca fronteiriça que o Porto deixou de constituir, sem contudo perder o importante papel de centro da organização do vasto território de que sairá Portugal. Notarei que as cidades pré-romanas e romanizadas do Vouga (Talabriga, Lancobriga) se arruinaram para sempre, a ponto de se ter perdido a exacta localização delas. Assim, entre o Porto e Coimbra formou-se um persistente vazio urbano, talvez explicável pelas razias de Almançor e pelas incursões da pirataria normanda e sarracena. Desde o fim do século X «as terras de entre Minho e Mondego apresentam-se já como uma região nitidamente distinta, um centro de interesse muito individualizado» (P. DAVID). Pelo contrário, as dioceses suevas de Lamego, Viseu e o território de Seia incorporam-se, embora com certa independência, ao *território* de Portugal. Da permanência da população com os seus núcleos organizadores não se pode de modo algum (como pretende TORQUATO SOARES) concluir que ela constitui o «núcleo homogêneo» do repovoamento.

Arredo, por completamente estranho ao assunto, as acusações de patriotismo inconsciente — o *serampion nacionalista* com que SÁNCHEZ-ALBORNOZ mimoseia os contraditores portugueses da sua insustentável teoria. Estranho apenas que um estudo sobre as origens do povo português se detenha com a reconquista no Noroeste e nada diga sobre a das terras interiores e meridionais. TORQUATO SOARES não quis tirar as conclusões da sua tese, que deixou implícitas na forma como vai encaminhando as premissas.

O etnólogo JORGE DIAS tratou largamente dos Suevos no seu estudo sobre *Os arados portugueses e as suas prováveis origens*, 1948, e com o seu profundo conhecimento da vida rural ventila hipóteses e adianta conclusões que o historiador podia ter discutido. Eu próprio me ocupei do assunto desde uma remota conferência em Bruxelas (*La formation du Portugal*, 1939) a um capítulo, «Tradición cultural y formación del Estado», da minha Geografia de Portugal (*Geografía de España y Portugal*, tomo V, Barcelona, 1955), retomado e desenvolvido num longo artigo «Portugal (Formação de)» no *Dicionário de História de Portugal* dirigido por JOEL SERRÃO, que entendeu confiar-mo. TORQUATO SOARES é, como eu, licenciado em História e Geografia e há 40 anos que trocamos trabalhos. Sempre li os dele com apreço e não vejo que os meus lhe merecessem qualquer atenção. Penso que nestes imbricados problemas de origens, a Geografia e a Etnologia possam esclarecê-los a uma luz «estrutural». É a essa luz que as conclusões implícitas nos trabalhos de TORQUATO SOARES me parecem em larga parte inaceitáveis.